

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.443.219 - BA (2019/0029621-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : BANCO SAFRA S A
ADVOGADOS : NELSON PASCHOALOTTO - SP108911
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO E OUTRO(S) -
SP192649
JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS - BA053524
AGRAVADO : CHARLES SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO : MORGANA BONIFÁCIO BRIGE FERREIRA E OUTRO(S) -
BA011888

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO SAFRA S A, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de BANCO SAFRA S A, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 23/05/2016, sendo o recurso especial interposto somente em 14/06/2016.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

A segunda-feira de Carnaval, a Quarta-Feira de Cinzas, os dias que precedem a Sexta-Feira da Paixão e o de *Corpus Christi* não são feriados forenses, previstos em lei federal, para os tribunais de justiça estaduais. Caso essas datas sejam

feriados locais, deve ser colacionado o ato normativo local com essa previsão, por meio de documento idôneo, no momento de interposição do recurso.

Outrossim, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao Dr. Nelson Paschoalotto, subscritor do recurso especial.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ademais, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do agravo, bem como do recurso especial. A parte, embora regularmente intimada para sanar referidos vícios, regularizou apenas a representação do agravo, permanecendo, porém, o vício quanto à representação do recurso especial.

Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado, considerando que não consta nos autos procuração conferido poderes ao Dr. Celso Marcon, que substabelece para o Dr. Nelson Paschoalotto, subscritor do recurso especial.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente